

## **Desenvolvimento Regional e Recursos Humanos: o caso da Península de Setúbal**

*José Rebelo*<sup>1</sup>

---

### **Introdução**

A competição que tem caracterizado os últimos anos, aliada à enorme amplitude e frequência das mudanças, não pode ser ignorada pelas regiões que pretendam desenvolver-se e promover o bem estar dos seus habitantes.

As várias regiões competem entre si procurando atrair investimentos que conduzam ao desenvolvimento económico e social e que gerem empregos.

As empresas competem entre si, o que as obriga a inovarem e a um esforço permanente de renovação tecnológica, com as consequências inerentes no âmbito da qualificação dos Recursos Humanos que permanentemente têm de estar preparados para tirar proveito das novas tecnologias.

As Pessoas competem entre si, procurando inserir-se no mundo do trabalho. As qualificações, as competências, a flexibilidade, a polyvalência funcional e a abertura à mudança constituem factores decisivos nesta competição.

O Desenvolvimento, por seu lado, pode ser analisado no âmbito de duas grandes tendências aparentemente contraditórias:

- a globalização, não só na sua dimensão económica mas também política e social<sup>2</sup> que nos remete para a competitividade;
- o emergir de regiões, directamente ligado à sustentabilidade e à endogenia.

A análise das estratégias de Desenvolvimento económico e social numa região, deve ter em conta as suas especificidades como sejam a localização face ao mercado, as infra-estruturas existentes e, sobretudo, os seus habitantes, que, em sentido genérico se podem denominar como Recursos Humanos<sup>3</sup>.

Consideramos para este efeito que os habitantes por si só, sem uma categorização de acordo com a sua estrutura etária e com as suas qualificações, ou seja em termos de números absolutos, constituem um contributo muito modesto para a definição de estratégias de desenvolvimento.

Uma análise mais pormenorizada, no âmbito de uma classificação por grupos etários e por qualificações, pode constituir um elemento precioso para a definição dessas estratégias.

Daí, em sentido específico, o conceito de Recursos Humanos abranger a população considerada na óptica da utilização, desenvolvimento e exercício das potencialidades humanas como refere Cândida Soares, que em sentido ainda mais restrito define Recursos Humanos como "(...) população carecente de trabalho, tendendo a integrá-lo e a superá-lo na dinâmica do desenvolvimento e exercício das potencialidades humanas"<sup>4</sup>.

Os objectivos desta investigação centram-se apenas na análise, entre 1970 e 1998, na Península de Setúbal, da evolução dos Recursos Humanos quer em sentido genérico, quer em sentido específico, procurando verificar se existe alguma relação entre esta evolução e o desenvolvimento regional. Pretende-se ainda identificar outras razões explicativas para a já referida evolução.

Reconhecemos que um estudo desta natureza é demasiado parcelar para o entendimento de toda a dinâmica relativa ao desenvolvimento regional e ao

---

<sup>1</sup> Escola Superior de Ciências Empresariais - Instituto Politécnico de Setúbal

<sup>2</sup> Giddens, 2000

<sup>3</sup> Soares, 1985, p. 9

<sup>4</sup> Ibidem

papel dos recursos humanos mas constitui um ponto de partida para uma investigação de fundo sobre esta problemática.

Quanto à estrutura do trabalho sentimos necessidade de em primeiro lugar fazer uma breve síntese teórica procurando posicionar a nossa abordagem tanto no âmbito das teorias de Desenvolvimento e concretamente de desenvolvimento regional, como no âmbito das teorias de mercado de trabalho.

De seguida procuramos caracterizar a Península de Setúbal e a sua evolução sócio-económica. Finalmente apresentamos alguns indicadores relativos à evolução em termos demográficos da Península, do seu mercado de trabalho e dos movimentos migratórios pendulares.

A metodologia utilizada baseia-se sobretudo em pesquisa bibliográfica e em análise estatística privilegiando como fontes, estudos do Instituto Nacional de Estatística, assumindo um papel de grande importância para o apuramento de dados relativos nomeadamente à estrutura demográfica, à sua evolução por níveis de qualificação, os 11<sup>o</sup>, 12<sup>o</sup> e 13<sup>o</sup> Recenseamentos da população, realizados em 15 de Dezembro de 1970, 16 de Março de 1981 e 15 de Abril de 1991 respectivamente, os Anuários Estatísticos de 1996 e 1997 e o inquérito ao Emprego da RLVT, – NUTS III<sup>5</sup>, do 2<sup>o</sup> semestre de 1997, 1<sup>o</sup> e 2<sup>o</sup> semestres de 1998 e 1999, entre outros.

## 1. Alguns aspectos teóricos

### 1.1. Desenvolvimento Regional – evolução do conceito

No âmbito do Desenvolvimento podem identificar-se duas grandes tendências: a crescente globalização económica e social por um lado, e o emergir de regiões por outro. Se a globalização está ligada fundamentalmente à competitividade, o emergir de regiões está ligado em especial à sustentabilidade.

As alterações dos processos de produção que se fizeram sentir a partir da década de 80 e sobretudo na década de 90, bem como o declínio acentuado de regiões industrializadas<sup>6</sup>, e, em simultâneo o aparecimento e afirmação de novas regiões económicas<sup>7</sup>, exigiram transformações tanto nas teorias como nas políticas de desenvolvimento regional: as regiões deixaram de ser vistas isoladamente mas integradas no sistema de regiões a que pertencem; os factores de ordem económica deixaram de ser os únicos a considerar no âmbito duma abordagem pluridisciplinar dos problemas em torno do desenvolvimento regional<sup>8</sup>.

O estudo dos desequilíbrios no desenvolvimento regional passou a centrar-se em duas dimensões distintas de análise:

a) **a sustentabilidade**, entendida como garantia de melhores condições de vida para todos, alicerçada num crescimento económico durável, preservando o meio ambiente e utilizando os recursos sem a sua sobre exploração, de forma racional e sem hipotecar o futuro, ou seja, permitindo às gerações vindouras oportunidades pelo menos iguais às que tivemos<sup>9</sup>.

Este conceito de Desenvolvimento devido a dificuldades de operacionalidade e ao fracasso das políticas de desenvolvimento acabou por ser alvo de fortes críticas inviabilizando o debate económico<sup>10</sup>. No entanto os peritos

<sup>5</sup> Conforme refere Nazareth (1996), p. 104, a Nomenclatura de Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS) só passou a ser utilizada em 1988; anteriormente os dados concelhios eram agrupados por distritos o que dificulta a nossa recolha de informação, pelo menos relativa aos períodos anteriores.

<sup>6</sup> Benko & Lipietz, 1994

<sup>7</sup> Storper & Scott, 1995

<sup>8</sup> Lopes, 1995

<sup>9</sup> Nijkamp, 1990

<sup>10</sup> Teulon, 1994

do Banco Mundial e do FMI adoptaram um modelo de Desenvolvimento próximo da sustentabilidade<sup>11</sup>.

b) **a endogenia**, colocando em relevo a questão regional, dá um importante contributo para a problemática das assimetrias regionais, procurando identificar os instrumentos que a nível político são determinantes para corrigir essas assimetrias.

O Desenvolvimento endógeno começa a afirmar-se no decurso dos anos 70, quando ganharam alguma notoriedade propostas de desenvolvimento a partir da base para o topo. Posteriormente, o modelo de desenvolvimento endógeno evoluiu, incorporando novos contributos, em especial no decurso dos anos 90. A questão central a que procura responder passou assim a ser, o porquê da variação do nível de crescimento de diversas regiões ou países, mesmo quando as condições em termos de factores produtivos como recursos humanos, recursos financeiros e recursos tecnológicos são idênticos. Quais destes factores são determinados no interior da própria região? De acordo com esta corrente, o capital humano, o conhecimento, o desenvolvimento e a pesquisa bem como a informação e as instituições, não são determinadas exclusivamente de forma exógena como até agora se pensava: o peso endógeno é significativo em relação a estes factores, pelo que as regiões estrategicamente direccionadas que decidam desenvolvê-los a nível interno, poderão ter condições vantajosas para um crescimento rápido e equilibrado.

De salientar na moderna teoria regional endógena o facto de se considerar que a sociedade civil e as relações sociais têm grande importância no processo de desenvolvimento da região. De acordo com Boisier<sup>12</sup>, a sociedade civil e as suas diversas formas de actuação no que diz respeito à solidariedade, integração social e cooperação, pode considerar-se como principal agente de modernização e também de transformação social e económica de uma região.

## 1.2. Mercado de Trabalho

A abordagem a que nos propomos no sentido de perceber e explicar a relação entre Recursos Humanos e Desenvolvimento Regional, exige uma discussão teórica em torno do conceito de mercado de trabalho, nomeadamente no âmbito das Teorias de Segmentação e das Teorias de Regulação.

Assim sendo e uma vez que não é possível conceber o mercado de trabalho como um todo, já que mesmo a nível da Península de Setúbal, se verificam grandes disparidades de concelho para concelho e de empresa para empresa, sendo no entanto patente a necessidade de qualificações e competências muito específicas por exemplo num sector de grande representatividade - o sector automóvel, as teorias da segmentação podem ajudar a esta caracterização.

Efectivamente a ideia de partida que consiste na oposição entre um mercado interno (empresa) e um externo, e em que a empresa tem um lugar central e activo na segmentação do mercado devido às suas opções organizacionais e também à divisão do trabalho em fileiras de inserção de acordo com o mercado dos seus produtos, parece capaz de explicar a situação do mercado de trabalho<sup>13</sup>.

A especificidade das qualificações exigidas e que dificilmente terão aplicação fora das empresas da indústria automóvel, leva a que parte dessas qualificações sejam adquiridas informalmente na empresa através da experiência, e de utilidade duvidosa fora do contexto de cada organização, conduzindo a

<sup>11</sup> Serageldim, 1996

<sup>12</sup> Boisier, 1997

<sup>13</sup> Oliveira, 1998, p. 19

alguma imobilidade e a forte integração na organização<sup>14</sup>, o que mais uma vez vai de encontro às teorias de segmentação.

No entanto, se atendermos à forte intervenção estatal no incentivo ao investimento na Península, e também ao papel dos QCA, poderemos considerar a importância dos contributos da teoria da regulação, apesar desta não ser exactamente uma teoria de mercado de trabalho<sup>15</sup>.

Dado que só por si o mercado de trabalho não explica o crescimento demográfico que se tem verificado na Península de Setúbal, uma vez que mesmo no decurso da segunda metade da década de 70 e durante os anos 80, que foram particularmente críticos em termos de mercado de trabalho, se verificou um crescimento digno de registo, teremos também necessidade de recorrer à análise dos movimentos pendulares e da inserção da Península em bacias de emprego.

## 2. Definição do objecto empírico

Em relação ao nosso objecto empírico, como já foi referido anteriormente, trata-se da Península de Setúbal nas suas diversas dimensões: mais concretamente a relação entre o desenvolvimento da região e os seus Recursos Humanos, o seu mercado de trabalho e as qualificações requeridas pelo mesmo.

Será que existe relação entre o crescimento demográfico e o desenvolvimento ou pelo contrário esse crescimento constituirá um obstáculo ao desenvolvimento?

Embora à partida as opiniões divirjam em relação ao papel do crescimento numérico da população no processo de desenvolvimento, a tese malthusiana<sup>16</sup> defende que o aumento populacional é um entrave ao desenvolvimento, sobretudo se for demasiado rápido, na medida em que mobiliza recursos que poderiam ser aplicados na aquisição de equipamentos.

Esta tese é rebatida por estudos empíricos de Ester Boserup sobre rendimentos agrícolas nos diferentes continentes<sup>17</sup>. de acordo com estes estudos, um maior número de população estimula as pessoas a aumentarem o trabalho e a introduzirem novas técnicas que permitam aumentar os rendimentos.

Também Drucker considera que o crescimento demográfico é um dos sete principais factores de inovação a longo prazo<sup>18</sup>.

Para responder a esta questão teremos em primeiro lugar que quantificar a evolução demográfica na Península e verificar qual o peso nessa evolução do crescimento natural e do crescimento migratório.

## 3. Caracterização da Península de Setúbal

A Península de Setúbal está integrada na Região de Lisboa e Vale do Tejo (RLVT) e a sua análise em termos de evolução demográfica, mercado de trabalho e desenvolvimento sócio económico, permite identificar um conjunto de características singulares, sobre as quais vale a pena reflectir:

Esta Península, outrora pólo de desenvolvimento, viveu e sentiu, sobretudo a partir de meados da década de 70 e durante os anos 80, os efeitos perversos da globalização e da competitividade, assistindo à deslocalização de algumas empresas e ao encerramento de outras<sup>19</sup>.

Durante muitos anos, a Península de Setúbal desempenhou um papel de relevo na economia portuguesa devido à sua excelente localização aliada à

<sup>14</sup> Idem, p. 20

<sup>15</sup> idem, pp. 23-24

<sup>16</sup> Teulon, 1994

<sup>17</sup> Ibidem

<sup>18</sup> Ibidem

<sup>19</sup> Roxo, 1995

existência de infra estruturas (caminho de ferro, porto, estradas) e a outras razões de natureza endógena. Não obstante a forma desordenada como ocorreu a implantação industrial, foi uma das regiões de maior dinamismo económico<sup>20</sup>.

O modelo industrial que se foi instalando, pode caracterizar-se por grandes unidades industriais intensivas em capital e em mão de obra, atraindo portanto um número significativo de trabalhadores e gerando importantes fluxos de pessoas. O facto do tipo de unidades industriais instaladas sofrer ciclicamente crises, conduziu, sobretudo a partir do 1º choque petrolífero em 1973, a uma situação que se foi agudizando e cujas consequências dramáticas nomeadamente a nível social, ainda hoje se fazem sentir<sup>21</sup>.

Esta situação que se deve fundamentalmente a insuficiências a nível do planeamento estratégico, começou já a ser ultrapassada mas subsistem problemas graves e o desemprego continua a fazer-se sentir de forma particularmente dramática para o grupo dos menos qualificados. O problema reveste-se ainda de maior gravidade se tivermos em conta que parte destes desempregados de longa duração situam-se na faixa etária acima dos 35 anos.

Nos últimos anos têm-se avolumado os projectos de investimento para a área e, a serem concretizados, irão criar muitos novos empregos, mas exigindo qualificações técnicas muito específicas.

Neste contexto será necessário dispor de pessoas qualificadas que possam suprir as novas necessidades organizacionais; a formação, quer no âmbito da Educação Formal, quer de acordo com modelos de Educação não Formal, terá aqui um papel muito importante a desempenhar no caso de não existirem em número suficiente Pessoas com as qualificações exigidas.

Em síntese, a Península de Setúbal, possui um conjunto de condições privilegiadas que conduziram a alguma hegemonia a nível industrial; apesar disso uma deficiente planificação aliada a uma conjuntura internacional desfavorável, portanto razões de natureza endógena mas também exógena, conduziram esta região a uma crise económica e social sem precedentes, caracterizada por encerramento de unidades industriais e elevado índice de desemprego. Há fortes indícios de que existem condições para a curto prazo inflectir a situação desde que se assegure o suprimento das necessidades de Recursos Humanos qualificados por parte das organizações que têm intenção de investir na Península.

A Península de Setúbal constitui uma sub-região da Região de Lisboa e Vale do Tejo (RLVT) e apesar da situação descrita, evidenciou nas últimas décadas um crescimento demográfico impar no âmbito da RLVT e do território português. As razões para esta situação não podem estar ligadas somente ao desenvolvimento económico e social da região; se assim fosse, a crise que se começou a fazer sentir em meados da década de 70 e que ainda não foi totalmente ultrapassada teria invertido este crescimento.

O objectivo desta análise é identificar razões explicativas do referido crescimento entre 1970 e 1997. Serão de natureza intra-regional ou estarão ligadas a dinâmicas inter-regionais justificáveis no âmbito da globalização? haverá relação com o desenvolvimento da Área Metropolitana de Lisboa?

A globalização crescente que tem caracterizado os últimos anos leva a que ganhe mais sentido considerar uma região como elemento integrante do sistema regional a que pertence e não de forma isolada. Esse sistema está também integrado num outro de âmbito mais abrangente. O emergir da dimensão sincrónica leva pois à necessidade de enquadrar a nível macro, a análise meso da Península de Setúbal na Região de Lisboa e Vale do Tejo e esta em Portugal<sup>22</sup>.

---

<sup>20</sup> Ibidem

<sup>21</sup> Frasquilho, 1995

<sup>22</sup> Lopes, 1995

Com base em dados estatísticos da responsabilidade do INE, verificou-se que a evolução demográfica portuguesa neste período foi positiva, mas muito heterogénea: numa regiões houve decrescimento e noutras, com destaque para a Península de Setúbal, crescimento. A nível de estrutura etária, verifica-se na Península um menor índice de envelhecimento que a média portuguesa. No entanto analisando os dados referentes ao emprego e ao desemprego os a situação é diferente com uma taxa de desemprego superior à média nacional.

Assim como se explica exclusivamente a partir de dinâmicas endógenas o crescimento populacional? Será que não haverá outras dinâmicas inter-regionais que permitam responder a esta questão? Os movimentos migratórios pendulares constituem um elemento chave para a explicação

### 3.1. População Residente na Região de Lisboa e Vale do Tejo (RLVT)

A Região de Lisboa e Vale do Tejo, nível II da NUTS, é a 2ª mais populosa de Portugal (a seguir à Região Norte)<sup>23</sup> e comporta um conjunto de sub-regiões, de acordo com o nível III da Nuts, e que apresentamos por ordem decrescente, em termos de número de residentes.

**Quadro 1**  
**População residente**

NUTS / Anos	*1970	*1981	*1991	**1994	**1996	**1997
Portugal	8.611.110	9.833.014	9.867.147	9.912.140	9.934.110	9.957.270
RLVT	2.532.395	3.261.578	3.296.715	3.308.810	3.313.450	3.319.860
Pen. Setúbal	402.940	584.648	640.493	654.460	662.380	667.150

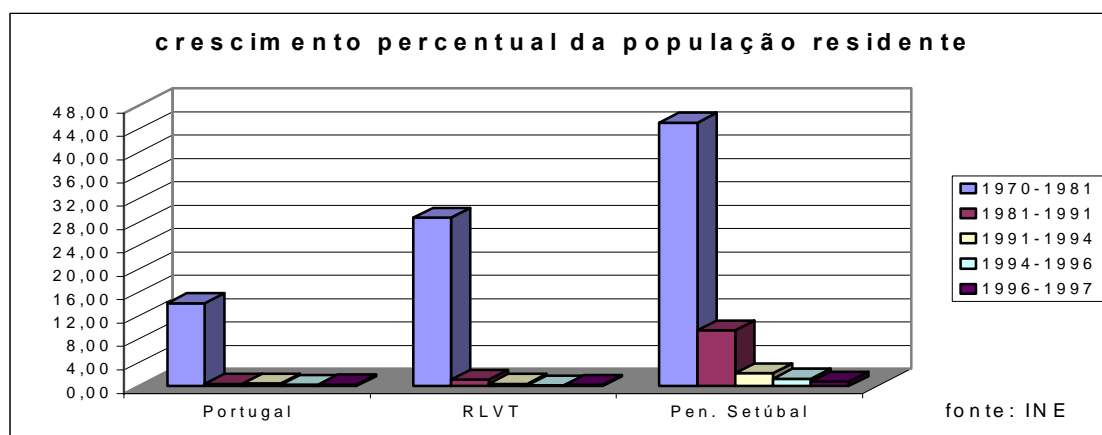
\* de acordo com os censos da população

\*\* estimativas do INE

Fonte: INE

A População residente na RLVT corresponde a um terço da população residente em Portugal (dados de 1997 conforme quadro1).

A Península de Setúbal, por sua vez, é a 2ª região mais populosa da RLVT com 20,1% do total dos residentes o que corresponde a 6,7% da população residente em Portugal.



\* de acordo com os censos da população

\*\* estimativas do INE

Fonte: INE (quadro elaborado pelo autor)

<sup>23</sup> Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, 1999, p. II-7

Entre 1970 e 1997 a população residente em Portugal aumentou cerca de 16% enquanto na Região de Lisboa e Vale do Tejo, de acordo com dados do INE, o crescimento foi da ordem dos 31,1%. No mesmo período a população residente na Península de Setúbal aumentou 65,6%.

## Quadro 2

### População residente na RLVT

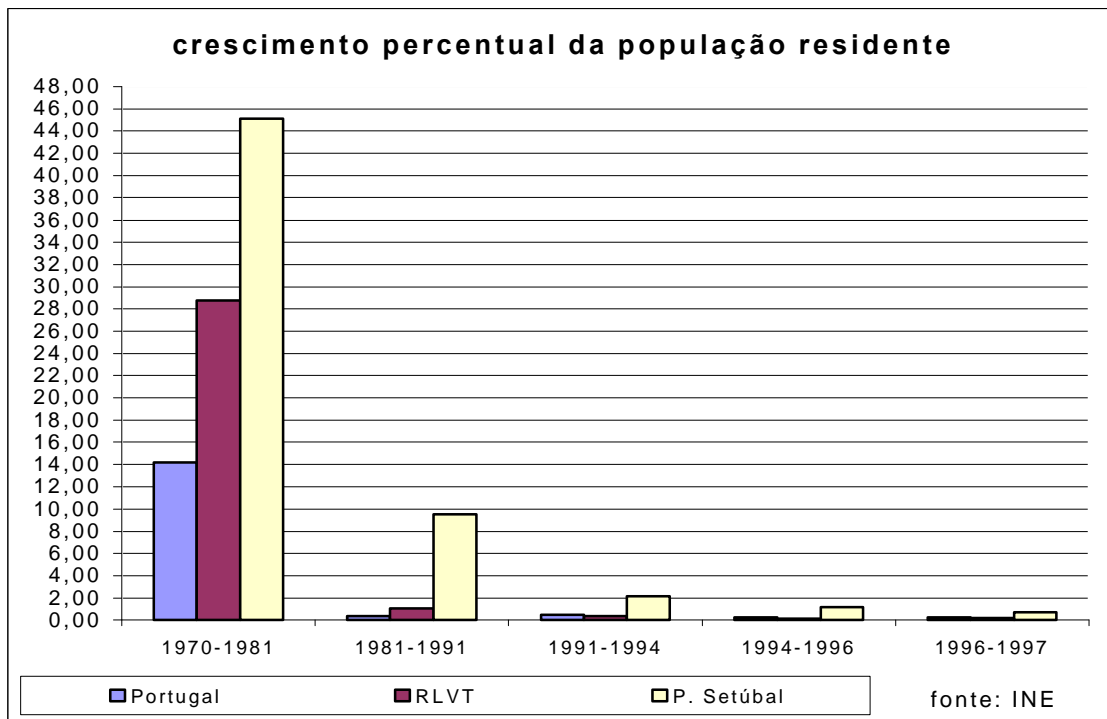
Reg./ Anos	*1970	*1981	*1991	**1994	**1995	**1996	**1997
Grande Lisboa	1.378.420	1.853.729	1.836.484	1.836.160	1.834.070	1.833.140	1.834.060
<b>Península Setúbal</b>	<b>402.940</b>	<b>584.648</b>	<b>640.493</b>	<b>654.460</b>	<b>658.320</b>	<b>662.380</b>	<b>667.150</b>
Oeste	313.865	354.694	359.430	361.120	361.920	362.710	363.930
Médio Tejo	226.285	234.450	227.339	225.730	225.360	224.850	224.620
Lezíria do Tejo	210.885	234.054	232.969	231.340	230.800	230.370	230.100
Total RLVT	2.532.395	3.261.578	3.296.715	3.308.810	3.310.470	3.313.450	3.319.860

\* de acordo com os censos da população

\*\* estimativas do INE

Fonte: INE (quadro elaborado pelo autor)

Este aumento é particularmente notório na RLVT entre 1970 e 1981, uma vez que se registou um acréscimo da população residente de quase 28,8%. No mesmo período a população residente na Grande Lisboa aumentou 34,5 e a residente na Península 45,1%.



### 3.1.1. População Residente na Península de Setúbal

O crescimento demográfico verificado na RLVT no período entre 1970 e 1981, como se pode verificar, não foi homogéneo em cada uma das sub-regiões, evidenciando-se a Península de Setúbal como a de maior crescimento (45,1%) e o Médio Tejo como a de menor crescimento (3,6%). Entre os concelhos que

integram a Península, Almada, Seixal e Barreiro foram os que mais contribuíram para este crescimento. Vale a pena procurar razões que permitam perceber o porquê desta situação:

Entre as possíveis razões explicativas para esta ocorrência destacamos:

- crescimento da área Metropolitana de Lisboa; a conclusão em 1966 da “Ponte Salazar”, posteriormente red denominada “Ponte 25 de Abril”, fomentando dois processos simultâneos – metropolização e suburbanização, dando lugar à fixação de pessoas com actividade profissional em Lisboa e passando a margem sul a acumular assim funções de dormitório<sup>24</sup>;
- o desenvolvimento industrial da Península de Setúbal entre os anos 50 e os primeiros anos da década de 70<sup>25</sup>.

Analisando a RLVT no período entre 1981 e 1991, constata-se uma desaceleração do crescimento, que em 10 anos se situa em 1,1%.

No entanto, verificou-se grande heterogeneidade de crescimento nas várias sub-regiões da RLVT entre 1981 e 1991: o crescimento foi negativo em todas exceptuando a Península de Setúbal com um crescimento de 9,6% e a Região Oeste com 1,3%. Verifica-se portanto um claro relevo no crescimento demográfico da Península de Setúbal que neste período se destaca a nível nacional com crescimentos anuais quase sempre superiores a 0,5%<sup>26</sup>

Neste crescimento demográfico, assume particular importância o peso do crescimento migratório comparativamente ao crescimento natural: em termos absolutos entre 1981 e 1991 o crescimento natural foi de 30.086 e o crescimento migratório de 29.047; no entanto entre 1986 e 1991 este último foi sempre significativamente superior ao crescimento natural.

Nos períodos seguintes e até 1997 o crescimento da população na RLVT manteve a tendência verificada entre 1981 e 1991: um crescimento de cerca de 1% em dez anos (0,7% entre 1991 e 1997). Mais uma vez na Península de Setúbal o crescimento demográfico foi significativamente superior: 4,2%, sendo o peso do crescimento migratório cada vez mais relevante. Neste último período o peso do crescimento migratório aumentou significativamente: o crescimento natural cifrou-se em 6.242 e o migratório em 17.970.

### Quadro 3

#### População Residente na sub-região da Península de Setúbal

*1970	*1981	*1991	**1994	**1995	**1996	**1997
402.940	584.648	640.493	654.460	658.320	662.380	667.150

\* de acordo com os censos da população

\*\* estimativas do INE

Fonte: INE (quadro elaborado pelo autor)

Em 1998, por razões que não conseguimos explicar as estimativas do INE relativas à população residente na Península, apontam para um decréscimo muito significativo: de 667.150 indivíduos para 640.493<sup>27</sup>. Uma vez que não conseguimos identificar nenhum movimento migratório ou outra razão para este facto, optámos por não incluir nos quadros 2, e 3 estes valores. Por outro lado os valores indicados para o total da população da Península no Inquérito ao Emprego – NUTS III, 2º semestre de 1998 divergem destes e apontam para a existência de 668.500 indivíduos<sup>28</sup>.

<sup>24</sup> Esteves, 1991, p. 15

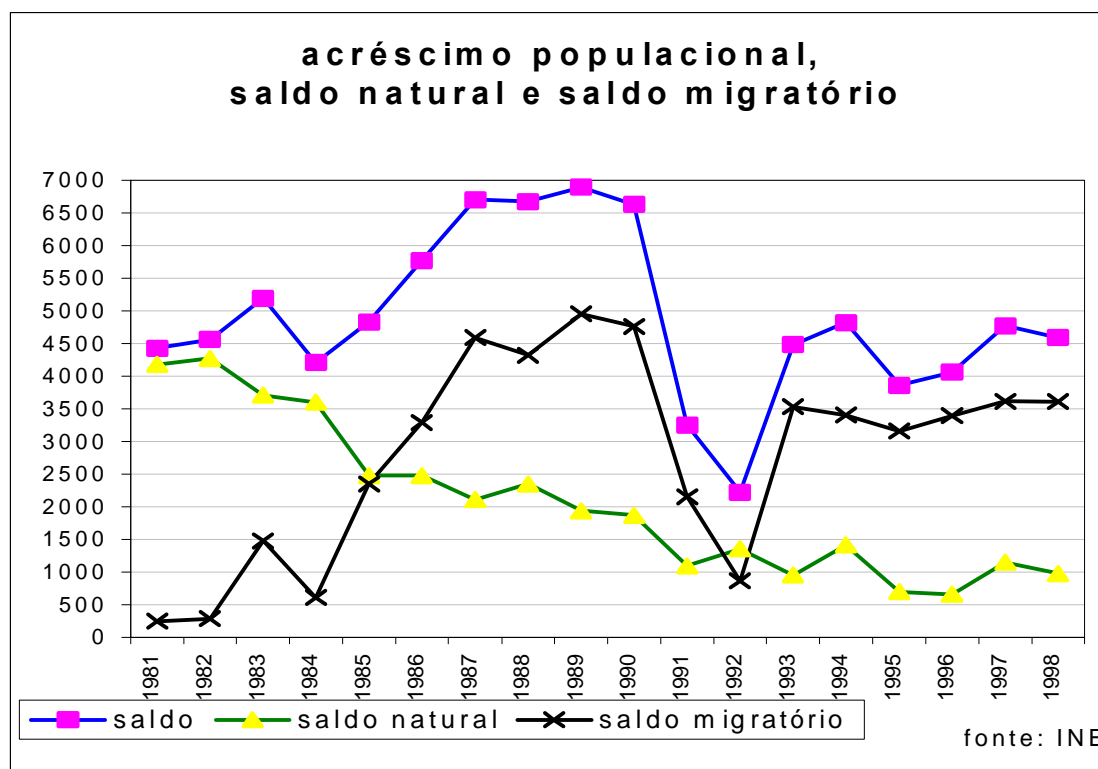
<sup>25</sup> Frasquilho, 1995, p. 57

<sup>26</sup> Nazareth, 1993, pp. 16-17

<sup>27</sup> Instituto Nacional de Estatística, 1999a, p. 2

<sup>28</sup> Instituto Nacional de Estatística, 1999b, p. 20





### 3.1.1.1. População residente na Península de Setúbal por Concelhos

A Península de Setúbal engloba nove concelhos. Destes, somente três possuíam em 1991 um número superior a cem mil residentes: Almada, Seixal e Setúbal.

Estes três concelhos que no seu conjunto representam 58,1% do total dos residentes na Península, fazem parte dos 20 concelhos mais populosos do país<sup>29</sup>.

Por outro lado, e analisando a evolução demográfica da Península de Setúbal entre 1981 e 1991, verifica-se um índice de crescimento muito significativo em quatro concelhos: Seixal com um acréscimo de 31,1%, Moita com 22,3%, Palmela com 18,7% e Sesimbra com 17,9 %<sup>30</sup>.

#### Quadro 4

##### População residente na Península de Setúbal por Concelhos em 1991

Concelho	Nº de residentes	Percentagem
Almada	151.783	23,7
Seixal	116.912	18,2
Setúbal	103.634	16,2
Barreiro	85.768	13,4
Moita	65.086	10,2
Palmela	43.857	6,8
Montijo	36.038	5,6
Sesimbra	27.246	4,3
Alcochete	10.169	1,6
Total	640.493	100,0

Fonte: INE, Censos de 91 (adaptado pelo autor)

<sup>29</sup> Rosa, 1998, p. 856

<sup>30</sup> Idem, p. 858

No âmbito da análise da população residente nos vários concelhos da Península de Setúbal em 1991, verifica-se que Alcochete é o concelho com menos população residente, muito distanciado de qualquer outro. A quase inexistência de unidades industriais de dimensão bem como a actividade desenvolvida de natureza sobretudo agrícola e a difícil acessibilidade a Lisboa podem constituir algumas das razões explicativas para este facto.

De qualquer forma, a recente inauguração em 1998 de uma nova ligação entre Lisboa e a margem sul, a ponte “Vasco da Gama”, deverá provocar um acréscimo acentuado na população residente neste concelho, dada a nova acessibilidade do mesmo em relação à capital do país; pelas mesmas razões pode-se também perspectivar um acentuado aumento da população residente no concelho de Montijo.

### 3.1.1.2. Estrutura Etária da População Residente na Península de Setúbal

A estrutura etária das populações resulta sobretudo da relação entre taxa de natalidade, taxa de mortalidade e saldo dos movimentos migratórios.

No caso português, a redução do número de nascimentos, a descida dos níveis de mortalidade e a existência de saldos migratórios externos positivos, têm concorrido para o envelhecimento demográfico.

Apesar disso, no contexto europeu, continuamos a ser um dos cinco países em que o peso relativo das pessoas com mais de 65 anos na totalidade da população é mais baixo<sup>31</sup>; pelo contrário e se nos situarmos no intervalo entre os dez e os vinte e quatro anos, verificamos que o peso destes efectivos é significativamente mais elevado em Portugal que na média da União Europeia<sup>32</sup>.

A estrutura etária da população portuguesa, não é de qualquer modo homogénea em todo o território, constatando-se que, em 1991, a relação entre o número de indivíduos com mais de 65 anos para cada cem com menos de quinze, ou seja o índice de envelhecimento, era, de um modo geral, mais elevado nas zonas do interior sul que nas do norte e do litoral<sup>33</sup>.

Como a Península de Setúbal se situa no litoral, acompanhando embora a tendência de envelhecimento que se faz sentir em Portugal não é das regiões mais envelhecidas.

O concelho do Seixal que pelo número de residentes tem um peso significativo na Península (18,2% da população ou seja 116.912 indivíduos), figurava em 1991 como o sétimo em termos de menor índice de envelhecimento<sup>34</sup>. Neste concelho o peso relativo dos idosos era em 1991 de 6,9%<sup>35</sup>.

#### Quadro 5

##### Estrutura Etária da População da Península de Setúbal

Níveis etários	1981	1991	Varição percentual
Até 14	147.331	123.605	-16,1%
15-24	85.167	101.289	+18,9%
25-64	304.209	345.800	+13,7%
65 e mais	47.941	69.799	+45,6%
<b>Total</b>	<b>584.648</b>	<b>640.493</b>	<b>+9,6%</b>

De acordo com os censos da população

Fonte: INE

Como se pode concluir da análise dos dados constantes no quadro 5, entre 1981 e 1991, registou-se uma acentuada descida do número de indivíduos

<sup>31</sup> Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, 1999, p. II-15

<sup>32</sup> Ibidem

<sup>33</sup> Rosa, 1998, p. 859

<sup>34</sup> Idem, p. 860

<sup>35</sup> Gonçalves, sd, p. 50

residentes com menos de 14 anos ao mesmo tempo que em todos os outros grupos etários se verifica um aumento de indivíduos.

Este aumento é particularmente expressivo para o grupo de pessoas com mais de 65 anos que cresce percentualmente 45,6% o que aliado ao decréscimo referido anteriormente, traduz uma tendência inequívoca de envelhecimento da população.

#### Quadro 6

##### Estrutura Etária da População da Península de Setúbal por Concelhos em 1991

Concelhos	0-14	15-24	25-64	65 e +	Total
Alcochete	1.758	1.669	5.284	1.458	10.169
Almada	26.964	23.864	83.160	17.795	151.783
Barreiro	14.926	14.494	46.606	9.742	85.768
Moita	14.288	10.223	33.959	6.616	65.086
Montijo	6.451	5.486	19.101	5.000	36.038
Palmela	8.345	6.618	23.615	5.279	43.857
Seixal	24.175	18.742	64.880	8.115	116.912
Sesimbra	5.073	4.186	14.445	3.542	27.246
Setúbal	20.625	16.007	54.750	12.252	103.634
Total	123.605	101.289	345.800	69.799	640.493

Fonte: INE, 1991

Conforme já referimos anteriormente a estrutura etária da Península de Setúbal não revela um índice de envelhecimento elevado, sobretudo nos concelhos do Seixal e da Moita. Pelo contrário, Alcochete e Montijo são os concelhos em que este índice é mais elevado.

### 3.2. População activa e taxa de actividade na Península de Setúbal

A população activa é constituída pelos indivíduos com 14 ou mais anos que em determinado período constituem a mão de obra disponível para produção de bens e serviços independentemente de estarem empregados ou desempregados<sup>36</sup>.

Por sua vez taxa de actividade define-se como a relação entre a população activa e a população total<sup>37</sup>.

Quanto maior for a taxa de actividade, maior é a percentagem de indivíduos disponíveis para produzir bens e ou serviços em relação ao total da população.

É pois desejável que este valor seja elevado, sobretudo se uma percentagem significativa da população activa estiver empregada.

#### Quadro 7

##### População activa e taxa de actividade na Península de Setúbal em 1991

Concelhos	População activa	Taxa de actividade
Alcochete	4.709	46,3%
Almada	71.641	47,2%
Barreiro	39.257	45,8%
Moita	28.717	44,1%
Montijo	16.501	45,8%
Palmela	20.052	45,7%
Seixal	57.442	49,1%
Sesimbra	11.680	42,9%
Setúbal	47.330	45,7%
Total	297.329	46,4%

<sup>36</sup> Instituto Nacional de Estatística, 1996a

<sup>37</sup> Ibidem

Fonte: INE, 1991

Na Península de Setúbal, em 1991 a população activa e a taxa de actividade, eram as referidas no quadro 7. Uma análise dos dados por concelhos permite evidenciar Seixal com o concelho com mais elevada taxa de actividade e Sesimbra como aquele em que esta é mais reduzida.

#### Quadro 8

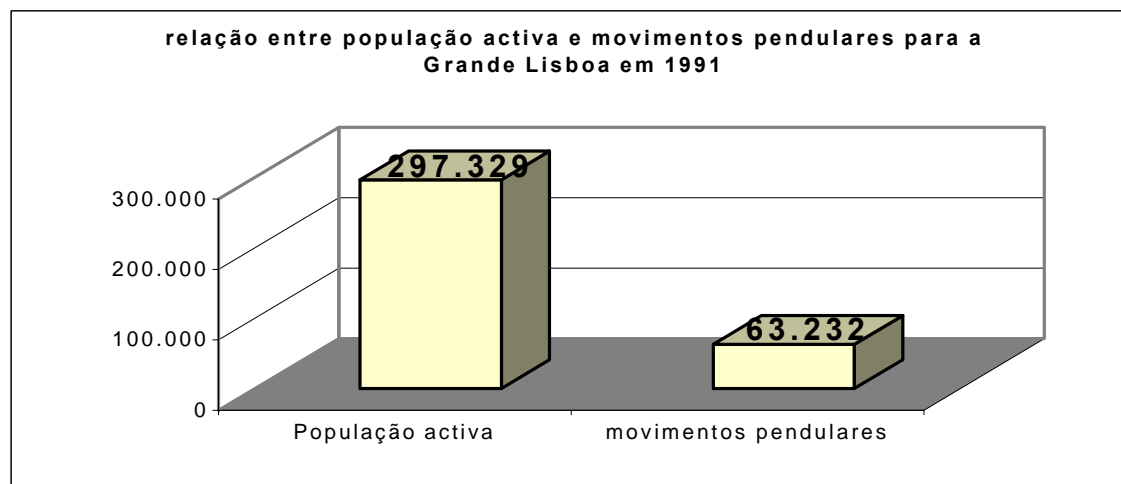
##### População activa na Península de Setúbal em 1981 e em 1991

Região	População activa 1981	População activa 1991	Varição %
Península de Setúbal	255.653	297.329	16,3

Fonte: INE, 1981 e 1991 (adaptado pelo autor)

A população activa na Península em 1991, e comparativamente a 1981 sofreu um acréscimo de 16,35% passando de 255.653 indivíduos para 297.329 o que não deixa de ser significativo em especial se tivermos também em conta a variação da taxa de actividade, ou seja da relação entre a população activa e a população total, que no mesmo período passa de 43,7% para 46,4%. Esta taxa de actividade era, em 1991, mais elevada que a registada no Continente (44,9%) conforme refere Fernanda Gonçalves<sup>38</sup>.

Uma questão que aqui podemos colocar é se existe relação efectiva entre este acréscimo e um acréscimo do mercado de trabalho. Já referimos que neste período o saldo migratório foi elevado – 29.047 indivíduos, revelando que a Península de Setúbal atrai por alguma razão. Será que este acréscimo da população activa não está também ligado a movimentos pendulares? Os dados disponibilizados apenas permitem quantificar estes movimentos em 1991, dando conta de movimentos pendulares relevantes da Península de Setúbal para a Grande Lisboa: 63.232 activos<sup>39</sup>, correspondendo a 21,56% da população activa. Destacam-se aqui em termos de representatividade os fluxos oriundos dos concelhos de Almada, Seixal, Barreiro e Moita<sup>40</sup>.



Fonte: INE, 1991 e Pisco, 1997

Se nos reportarmos a 1998 regista-se um acréscimo significativo na taxa de actividade da Península de Setúbal que passa para 49,3%<sup>41</sup>. Portugal registou

<sup>38</sup> Gonçalves, sd, p.6

<sup>39</sup> Pisco, 1997

<sup>40</sup> Ibidem

<sup>41</sup> Instituto Nacional de Estatística, 1999b, p. 7

um acréscimo ainda mais acentuado uma vez que a taxa de actividade em finais de 1998 era de 50,1%<sup>42</sup>.

Também digno de registo é o facto da Península de Setúbal apresentar em 1998 uma força de trabalho evolutiva, em especial de população masculina jovem (entre 15 e 24 anos) a entrar na vida activa<sup>43</sup>.

#### Quadro 9

##### Taxa de actividade na Península de Setúbal em 1981 e em 1991

Região	Taxa de actividade 1981	Taxa de actividade 1991	Varição
Península de Setúbal	43,7%	46,4%	2,7%

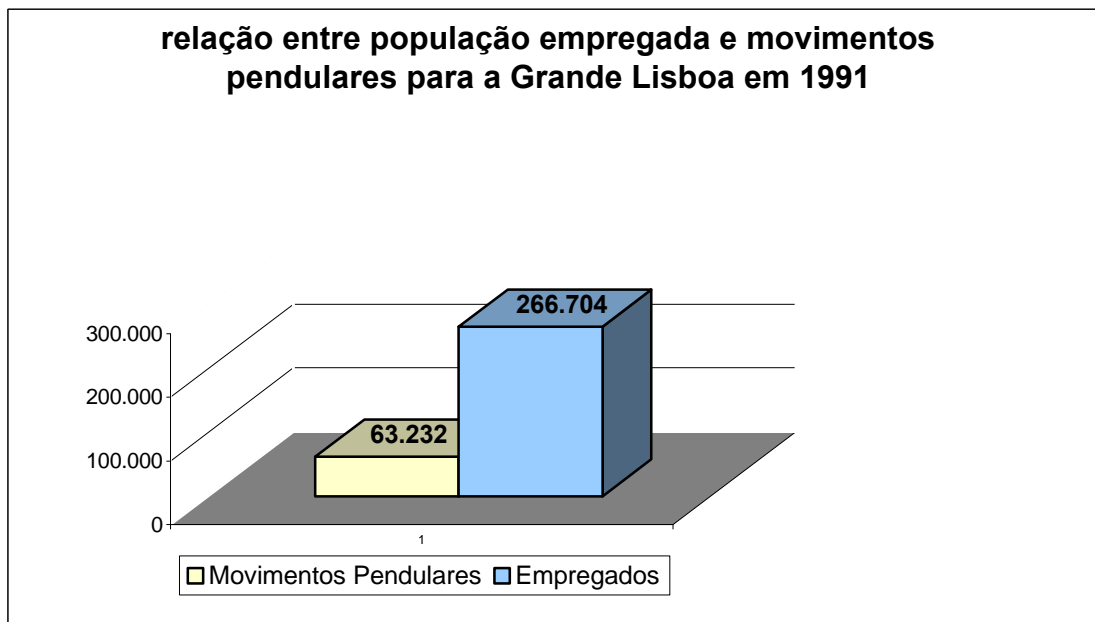
Fonte: INE, 1981 e 1991 (adaptado pelo autor)

### 3.2.1. Evolução do emprego e do Desemprego na Península de Setúbal

#### 3.2.1.1. Emprego

Em relação à população empregada em 1991, e em relação a 1981, registou-se um aumento de 14,4%, passando o total de empregados de 233.112 para 266.704, o que corresponde a 89,70% da população activa. Deste total, 161.380 são homens e 105.324 são mulheres<sup>44</sup>.

Desta população empregada, 23,71% desloca-se diariamente para a Grande Lisboa.



Fonte: INE, 1991 e Pisco, 1997

Em Dezembro de 1997 a população empregada ascendia já a 281.704, passando para 304.700 no final do 1º semestre de 1998. Durante o 2º semestre do mesmo ano verificou-se uma inflexão nesta tendência de aumento do emprego passando o total de empregados para 303.300;

Os concelhos que mais contribuíram para o emprego foram os quatro de maior dimensão: Almada, Seixal, Barreiro e Setúbal, concentrando 72,5% do total de empregados da Península<sup>45</sup>.

<sup>42</sup> Ibidem

<sup>43</sup> Idem, p.8

<sup>44</sup> Gonçalves, sd, p. 7

<sup>45</sup> Ibidem

Quanto ao peso relativo dos vários sectores de actividade no emprego, em 1981 o sector terciário ocupava já uma posição de destaque (47,8%) que veio a reforçar de forma muito significativa até 1991 (61,9%), conforme se pode verificar nos quadros 10 e 11.

#### Quadro 10

##### População empregada na Península de Setúbal em 1981, por sector de actividade

Sector de actividade	Empregados em 1981	Peso relativo (%)
Primário	14.980	6,4
Secundário	106.698	45,8
Terciário	111.434	47,8
Total	233.112	100,0

Fonte: INE, 1981 (adaptado pelo autor)

Por sua vez o sector secundário durante este período reduziu de forma acentuada o seu peso passando de 45,8% para 34,1% (ver quadros 10 e 11).

O sector primário reduziu ainda mais drasticamente o seu diminuto peso no emprego passando de 6,4% para 4% (conforme quadros 10 e 11).

#### Quadro 11

##### População empregada na Península de Setúbal em 1991, por sector de actividade

Sector de actividade	Empregados em 1991	Peso relativo (%)
Primário	10.664	4,0
Secundário	90.942	34,1
Terciário	165.098	61,9
Total	266.704	100,0

Fonte: INE, 1991 (adaptado pelo autor)

A análise da evolução da população empregada por situação na profissão entre 1981 e 1991, evidencia que a generalidade são trabalhadores por conta de outrem e que se registou um acréscimo do seu número em 7,6%<sup>46</sup>.

#### Quadro 12

##### População empregada na Península de Setúbal em 1981 e 1991, por situação na profissão

Situação na profissão	Empregados em 1981	Empregados em 1991	Var. %
Patrão	6.255	13.476	115,4
Trab. Conta própria	19.641	26.741	36,2
Trab. Fam. n/remun.	1.398	1.707	22,1
Membro cooperativas	1.057	614	-42,0
Trab. Conta outrem	204.182	219.695	7,6
Outra	579	4.471	672,2
Total	233.112	266.704	14,4

Fonte: INE, 1981 e 1991

No entanto, registre-se que apesar deste crescimento no número de trabalhadores por conta de outrem, o seu peso relativo na estrutura de emprego passou de 87,7% para 82,4%<sup>47</sup>. Este decréscimo deve-se sobretudo ao aumento do número de patrões, de trabalhadores por conta própria e de trabalhadores noutras situações. Digno ainda de registo o decréscimo acentuado no número de trabalhadores membros de cooperativas.

No que diz respeito à evolução da população empregada entre 1991 e 1998, verifica-se um acréscimo de 13,7%, passando de 266.704 indivíduos para 303.300<sup>48</sup>. A tendência para uma maior terciarização do emprego continua a fazer-se notar na Península de Setúbal, apesar da sua tradição industrial.

<sup>46</sup> Gonçalves, sd, p.8

<sup>47</sup> Ibidem

<sup>48</sup> Por comparação dos dados dos censos 91 e do inquérito ao emprego – NUTS III do 2º semestre de 1998 para a Região de Lisboa e Vale do Tejo

### 3.2.1.2. Desemprego

A comparação dos dados relativos à população desempregada na Península de Setúbal entre 1981 e 1991, de acordo com os censos, permite verificar um apreciável crescimento do desemprego: enquanto em 1981 os desempregados eram 19.909, em 1991 o seu número ascendia a 30.532, traduzindo um acréscimo de 53,6%<sup>49</sup>. Ainda em relação a 1991 destaque-se que do total de desempregados 37,55 são do sexo masculino e 62,5% do sexo feminino<sup>50</sup> apesar da taxa de actividade dos homens ser de 55,25 e a das mulheres de 38,0%.

#### Quadro 13

##### População desempregada na Península de Setúbal em 1981 e 1991

Desempregados em 1981	Desempregados em 1991	Varição Em percentagem
19.909	30.532	53,6
7,8%	10,3%	2,5

Fonte: INE, 1981 e 1991 (adaptado pelo autor)

Estes valores são significativamente elevados, sobretudo se comparados à média nacional que em 1981 era de 6,95 e em 1991 era de 6,2%.

Os concelhos da Moita, de Setúbal e do Barreiro, são os que em 1991 apresentam valores superiores à média da Península: 13,9%, 12,2% e 11,7%.

#### Quadro 14

##### População desempregada na Península de Setúbal em 1988, 1992 e 1993 por grupos etários

Grupos Etários	Dezembro 1988	Dezembro 1992	Junho 1993*
<18 anos	1.300	619	513
18-19 anos	3.209	2.273	1.925
20-24 anos	10.749	6.486	6.280
25-34 anos	12.072	8.922	8.879
35-44 anos	6.998	7.009	7.108
45-54 anos	3.906	4.878	5.215
55-59 anos	1.116	1.789	2.007
+ de 60 anos	777	1.204	1.360
Total	40.127	33.180	33.287

Fonte: IEFP, citada por Gonçalves, 1994 (adaptado pelo autor)

\* Assumimos a responsabilidade pela incorrecção ao não comparar períodos homólogos mas foram os dados possíveis

Uma análise dos dados relativos a desemprego registado, em Dezembro de 1988, em Dezembro de 1992 e em Junho de 1993, da responsabilidade dos Centros do IEFP<sup>51</sup>, permite perceber que no decurso deste período se verificaram grandes variações, Embora não possamos comparar dados do INE e dados do IEFP, consideramos de alguma utilidade esta análise.

De acordo com o quadro 14 pode constatar-se a importância do grupo entre os 25 e 34 anos, bem como do grupo entre os 35 e 44 anos e entre os 20 e 24 anos. Pode igualmente constatar-se o pouco peso na estrutura do desemprego dos grupos de maiores de 60 anos, menores de 18 anos.

De realçar que qualquer que seja a data de referência, o número de mulheres desempregadas é bastante superior ao dos homens: para o 1º período 27.498 mulheres e 12.629 homens, para o 2º 20.688 mulheres e 12.492 homens e para o 3º 19.565 mulheres e 13.720 homens<sup>52</sup>.

<sup>49</sup> Gonçalves, sd, p.9

<sup>50</sup> Ibidem

<sup>51</sup> Recorremos aos dados disponibilizados por Fernanda Gonçalves, 1994 e referenciados como do IEFP, por não termos tido acesso à fonte primária

<sup>52</sup> Gonçalves, 1994, p. 5

Um outro aspecto curioso é a evolução decrescente do número de mulheres desempregadas face a uma evolução crescente do número de homens desempregados.

#### Quadro 15

#### População desempregada na Península de Setúbal em 1988, 1992 e 1993 por habilitações escolares

Habilitações Escolares	Dezembro 1988	Dezembro 1992	Junho 1993*
Analfabetos	1.937	1.300	1.253
Ler / escrever	1.822	1.127	1.003
4 anos escolaridade	14.846	11.709	11.478
6 anos escolaridade	10.772	7.864	8.090
9 anos escolaridade	6.575	5.808	6.135
11 anos escolaridade	3.872	4.741	4.620
Curso médio	114	177	166
Bacharel. / licenciatura	189	454	542
Total	40.127	33.180	33.287

Fonte: IIEFP, citada por Gonçalves, 1994 (adaptado pelo autor)

\* Assumimos a responsabilidade pela incorrecção ao não comparar períodos homólogos mas foram os dados possíveis

A análise da evolução da população desempregada, de acordo com os níveis de habilitações, permite-nos verificar o peso crescente, embora ainda diminuto, do número de licenciados ou bacharéis no total de desempregados e que traduz naturalmente o aumento de pessoas com estas habilitações. Pelo contrário, no caso dos analfabetos e dos que só sabem ler e escrever assiste-se a uma redução e que é consequência da passagem à população inactiva por muitos destes indivíduos, e da sua diminuição fruto do aumento de escolarização.

A nível de desemprego na Península de Setúbal em 1998, a taxa de 7,9%, embora em termos percentuais seja muito inferior à de 1991, não deixa de ser uma das mais elevadas do país e bastante superior à registada na RLVT (5,8%) que por sua vez também está 1% acima da taxa média do país (4,8%)<sup>53</sup>.

O aumento verificado no desemprego da Península de Setúbal face ao 1º semestre de 1998 foi de cerca de 20 % e pode ser explicado, pelo menos parcialmente com o fim da Expo98 e das actividades associadas<sup>54</sup>.

## Conclusão

A Península de Setúbal constitui uma das regiões de maior dinamismo demográfico do país.

A evolução demográfica sem precedentes que conheceu entre 1970 e 1998, consubstanciada nomeadamente numa estrutura etária pouco envelhecida, num número crescente de população activa, de taxa de actividade, e de população empregada, bem como numa repartição equilibrada desta por sexos, pode explicar-se por várias razões: pelo crescimento endógeno derivado do modelo de industrialização que se procurou implantar durante o 3º quartel do século XX e que posteriormente deu lugar a uma crise económica e social de grandes dimensões que só mais tarde com a implantação da Operação integrada de Desenvolvimento da Península de Setúbal (OID) começou a ser ultrapassada; como consequência do desenvolvimento da própria Área Metropolitana de Lisboa, levando à fixação de um número crescente de indivíduos com actividade profissional em Lisboa, sobretudo nos concelhos de Almada e Seixal.

De qualquer forma esta dinâmica não se verifica uniformemente em todos os concelhos da região, sendo de destacar pela positiva os concelhos de Seixal, Almada e Setúbal e pela negativa os de Alcochete e Montijo.

<sup>53</sup> Instituto Nacional de Estatística, 1999b, p. 12

<sup>54</sup> Ibidem



Da análise da evolução do emprego e desemprego na região pode concluir-se que as medidas de natureza estrutural que a região carecia para sair da crise em que mergulhou a partir de meados da década de 70 começam a dar os seus frutos e existem neste momento condições para o emergir da Península de Setúbal. O emprego não tem parado de aumentar e o desemprego embora por efeitos conjunturais tenha aumentado no último semestre de 1998, deverá continuar a decrescer.

Os movimentos pendulares indiciam que o Crescimento demográfico na Península se deve pelo menos em parte à sua proximidade da Grande Lisboa.

De qualquer forma o entendimento pleno da problemática em torno do desenvolvimento regional na Península de Setúbal requer a análise de um conjunto de instrumento que no momento ainda não utilizámos mas que fazem parte do nosso projecto.

## Bibliografia

BENKO, Georges & LIPIETZ, Alain. (org.) (1994) – **As Regiões Ganhadoras: Distritos e Redes, os novos paradigmas da Geografia Económica**,. Oeiras: Celta.

BOISIER, Sergio E. (1997) - **Sociedad civil, participacion, conocimiento y gestion territorial**, Santiago de Chile: ILPES.

ESTEVES, Maria do Céu (1991) - *O processo de Desenvolvimento em Setúbal e Sines*, in **Cadernos de Economia**, ano IV, nº 14, Jan/Mar 91, Lisboa: Promeios, pp 11-19.

FRASQUILHO, Miguel (1995) - *Península de Setúbal: Análise macroeconómica*, in **Forum Sociológico**, 1995, nº7, Lisboa: IEDS, pp 57-85.

FUKUYAMA, Francis. (1995). **Trust: the social virtues and the creation of prosperity**. New York, The Free Press.

GONÇALVES, Fernanda (1994) – **Evolução do desemprego na Península de Setúbal 1988/1993**, Lisboa: DINÂMIA.

GONÇALVES, Fernanda (sd) – **Caracterização Geral da Dinâmica Demográfica na Península de Setúbal**, Lisboa: DINÂMIA.

GIDDENS, Anthony (2000) – **O mundo na era da globalização**, Lisboa: Editorial Presença.

Instituto Nacional de Estatística (1983) – **Censos 81**, Lisboa: INE.

Instituto Nacional de Estatística (1996a) – **Censos 91**, 2ª edição, Lisboa: INE.

Instituto Nacional de Estatística (1996b) – **Portugal Social 1991 – 1995**, Lisboa: INE.

Instituto Nacional de Estatística (1997) - **Anuário Estatístico de Portugal, 1996**, Lisboa: INE.

Instituto Nacional de Estatística (1998) - **Anuário Estatístico de Portugal, 1997**, Lisboa: INE.

Instituto Nacional de Estatística (1999a) – **Estatísticas Demográficas 1998**, Lisboa: INE.

[http://infoline.ine.pt\\_infoline/tema2/sb0202/htm/00200098.htm](http://infoline.ine.pt_infoline/tema2/sb0202/htm/00200098.htm) (03-01-2000).

Instituto Nacional de Estatística (1999b) – **Inquérito ao Emprego – NUTS III, 2º semestre de 1998: Região de Lisboa e Vale do Tejo**, Lisboa: INE.

[http://infoline.ine.pt\\_infoline.htm](http://infoline.ine.pt_infoline.htm) (09-12-1999).

LOPES, António Simões (1995) – **Desenvolvimento Regional**, 4ª edição, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Ministério do Equipamento, do Planeamento e de Administração do Território (1999) - **Portugal, Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social 2000-2006: Diagnóstico Prospectivo**, Lisboa: Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território.

NAZARETH, J. Manuel (1988a) - **Portugal os próximos 20 anos, III Volume, Unidade e Diversidade da Demografia Portuguesa no Final do Século XX**, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

NAZARETH, J. Manuel (1993) - *A Demografia Portuguesa no Contexto da Europa Comunitária, no Início dos Anos Noventa*, in **estudos demográficos** nº 31, 1993, Lisboa: INE, pp. 21-28.

NAZARETH, J. Manuel (1996) - **Introdução à Demografia - Teoria e Prática**, Lisboa: Editorial Presença.

NIJKAMP, Peter et al. (1990). *Regional sustainable development and natural resource use*. in **Proceedings of the World Bank Annual Conference on Development Economics**, Washington: World Bank.

OLIVEIRA, Luísa (1998) – **Inserção Profissional: o caso da reestruturação dos lanifícios da Covilhã**, Lisboa: Edições Cosmos

PISCO, Manuel Leal (1997) – **Migrações Pendulares, Unidades Geográficas de Emprego**, Lisboa: Departamento de Prospectiva e Planeamento

ROSA, Maria João Valente (1998) – *Notas sobre a população – níveis de povoamento e envelhecimento: contrastes entre os concelhos do continente* in **Análise Social**, vol. XXXIII (148), 1998, 4ª série, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, pp. 855-860.

ROXO, Maria João, MARTINS, Fernando Ribeiro (1995) - *A importância da posição geográfica no desenvolvimento de Setúbal*, in **Forum Sociológico**, Lisboa: IEDS, 1995, N° 7, pp 39-56.

SERAGELDIM, Ismail (1996) – *Une philosophie du Développement* in **Le Courier de L'Unesco**, Junho de 1996, pp. 4-7.

SOARES, Cândida, ABECASSIS, Maria Margarida (1985) - **Metodologia de Planeamento dos Recursos Humanos**, Lisboa: MTSS.

STORPER, Michael & SCOTT, Allen J. (1995). *The wealth of regions. Market forces and policy imperatives in local and global context*, in **Futures**. Vol. 27, n.º 5.

TEULON, Frédéric (1994) – **Crescimento, Crises e Desenvolvimento**, Lisboa: Publicações D. Quixote.